

Excelentíssimo Sr. Presidente da República,
Luís Inácio Lula da Silva,

Nós, que assinamos esta carta, somos presidentas, presidentes e diretores de Associações de Docentes de Universidades Federais e compartilhamos um diagnóstico que consideramos importante apresentar.

Durante os 13 anos de governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2016, o Brasil viveu uma imensa transformação na educação. A partir da Conferência Nacional de Educação, precedida de conferências estaduais, distritais e municipais, construímos um Plano Nacional de Educação com metas ousadas, inclusive com a construção de um fundo nacional para as áreas de educação e saúde como compensação da exploração de petróleo e gás natural. No âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, essa transformação foi fruto das nossas lutas históricas e de uma série de políticas promovidas pelos governos petistas, tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão de Universidades Federais (REUNI); a nacionalização do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM); a ampliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); e, principalmente, a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) que reservou vagas para os filhos da classe trabalhadora, em particular, para a população negra desse país. Como resultado dessas políticas, as universidades federais se expandiram, se interiorizaram e se democratizaram a ponto de, hoje, o maior grupo demográfico de estudantes presente nas universidades federais brasileiras ser, justamente, o grupo mais vulnerável do país: as mulheres negras.

Na contramão dessa jornada o golpe contra a presidenta Dilma. A extrema-direita, nos governos Temer e, principalmente, Bolsonaro promoveram profundos ataques materiais e simbólicos ao sistema federal de ensino, incluindo a intervenção política nas universidades, os cortes brutais de orçamento, o congelamento de salários, as perseguições e a suspensão de direitos e benefícios. Professoras e professores foram alvo em todo o país e se mantiveram firmes na resistência contra o avanço do autoritarismo sobre a educação e a ciência. Nos posicionamos fortemente contra o governo Bolsonaro, no “Tsunami da educação”, e enfrentamos o negacionismo na pandemia. Professoras e professores resistiram às tentativas

de avanço da extrema-direita e de golpe contra a democracia, cumprindo seu papel de ser um dos importantes freios de contenção do fascismo.

Nesse sentido, a expectativa nas instituições federais de educação em relação ao seu terceiro governo era, e continua a ser, muito grande. Em particular, as professoras e professores de universidades federais, os quais representamos, demandam e aguardam políticas robustas de recomposição do orçamento das universidades federais e dos órgãos de fomento à pesquisa, bem como de valorização da categoria. Para tanto, é necessário a recomposição das nossas perdas salariais, ampliação do nosso quadro docente com concursos públicos para professores efetivos, e principalmente, garantir a contratação de professores/as negras, negros, indígenas, hoje ainda minoria, nas universidades e nos institutos federais.

Reconhecemos que houve avanços. A Carteira Nacional Docente, que hoje é lançada, constitui um passo no reconhecimento do papel estratégico da categoria docente, assim como o importante anúncio de novas contratações para servidores nas universidades e institutos federais. No entanto, a valorização da categoria e das condições para ensino, pesquisa e extensão seguem sob ameaça e com questões importantes que ainda não puderam ser atendidas, e que impactam diretamente na formação de jovens e na produção científica do país. Essas são condições essenciais para nossa soberania científica e tecnológica, fator decisivo na construção de um Brasil efetivamente mais justo.

As mudanças profundas que permitiram o acesso de jovens trabalhadores e trabalhadoras e filhos de trabalhadores, primeiros de suas famílias a chegarem não só à graduação, mas à pós-graduação, tiveram como um de seus grandes alicerces as professoras e os professores em todo o país. Mas esse processo precisa ser contínuo e sem as constantes preocupações com condições trabalho e orçamento. Elencamos algumas questões fundamentais para avançarmos:

A Reforma Administrativa não pode ser aprovada. A “reforma” é um ataque direto a todas as categorias do serviço público federal, à exceção dos militares, um ataque frontal a tudo pelo qual lutamos e um desmonte do que foi consolidado nos governos petistas. Em especial, a educação pública federal sofrerá diretamente.

Orçamento das IES federais, da ciência e tecnologia. Apesar da importante recomposição parcial do orçamento das IES federais, da ciência e tecnologia, resposta forte aos desgovernos anteriores, a situação concreta é que, em 2025, estamos em um patamar mais

baixo do que o orçamento de 10 anos atrás, atendendo, no entanto, um alunado bem maior e mais diverso. Mais grave ainda: o orçamento previsto para 2026 é ainda menor do que o de 2025.

As condições nas universidades e institutos federais: consolidação e expansão. No que concerne à expansão, o cenário também é complexo. Saudamos a iniciativa de construção de novos institutos federais; porém, as universidades federais também precisam de investimentos para consolidação e modernização da sua infraestrutura, o que o PAC não atendeu na dimensão necessária. Igualmente, precisamos de um plano robusto de expansão de cursos, vagas e campi de universidades federais para atender a demanda, com uma política contínua de concursos docentes e de técnicos administrativos.

Valorização da carreira docente federal. Para nós, professores e professoras, a valorização da carreira docente federal ainda não é sentida no cotidiano: fomos a categoria que teve o pior reajuste salarial de 2024, considerando todo funcionalismo público federal. Com isso, não conseguimos recuperar as perdas salariais da última década. Ainda assim, em 2024 foi assinado um acordo de greve firmado com o MGI e MEC e com toda a representação docente e de técnicos administrativos. Como seções sindicais do ANDES-SN (somadas à APUBH+/UFMG), atuamos intensamente para que o acordo ocorresse. No entanto, alguns **temas centrais para nossa carreira, longamente aguardados pela categoria e negociadas no acordo de greve, ainda não foram implementadas.** Dentre elas: o reconhecimento da insalubridade (revogar IN15 de Bolsonaro); a alteração do Decreto 1590/1995, terminando com o ponto eletrônico das e dos docentes da carreira EBTT; o reenquadramento de aposentadas e aposentados; e a regulamentação da “entrada lateral”, que permitiria mobilidade sem perda de carreira, como ocorre hoje.

A educação superior, técnica e tecnológica federal é estratégica para o Brasil justo, ambientalmente sustentável e soberano. A revolução na educação federal brasileira precisa se realizar com um novo salto, para atender, ainda mais, as demandas da nossa sociedade. O caminho é termos instituições federais fortes, professores e professoras reconhecidos e valorizados, incluídos e acolhidos, assim como estudantes e servidores técnicos, que têm a natureza de, pela educação e a ciência, construir um país democrático, justo e soberano.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2025

1. Prof. Elisa Guaraná de Castro – Presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – ADUR/ANDES-SN
2. Prof. Maria Caraméz Carlotto – Presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal do ABC – ADUFABC/ANDES-SN
3. Prof. Maria Lídia Bueno Fernandes – Presidenta da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília – ADUnB/ANDES-SN
4. Prof. Jailton Lira – Presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de Alagoas - ADUFAL/ANDES-SN
5. Prof. Helder de Figueiredo e Paula – Presidente do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBHUFMG+
6. Prof. José Roberto Rodrigues de Oliveira – Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – ADUFMS/ANDES-SN
7. Prof. Everton Lazzaretti Picolotto – Presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria – SEDUFMS/ANDES-SN
8. Prof. Maria Tereza Serrano Barbosa – Presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – ADUNIRIO/ANDES-SN
9. Prof. Edson Fagundes – Presidente da Seção Sindical dos Docentes da UTFPR – SINDUTFPR/ANDES-SN
10. Prof. Paulino Barroso Medina Junior – Presidente da Associação Docente da Universidade Federal da Grande Dourados – ADUFGDourados/ANDES-SN
11. Prof. Maria Escolástica de Moura Santos – Presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí - ADUFPI/ANDES-SN
12. Prof. Mônica Ribeiro Pirozi – Presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa – ASPUV/ANDES-SN
13. Prof. Benedito Gomes dos Santos Filho – Diretor da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural da Amazônia - ADUFRA/ANDES-SN